

FACULDADE DE EDUCAÇÃO
DA BAIXADA FLUMINENSE (FEBF):

AÇÕES, DESAFIOS EXTENSIONISTAS E SUAS ARTICULAÇÕES COM A PESQUISA E O ENSINO*

GILCILENE DE OLIVEIRA DAMASCENO BARÃO
Professora da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense
Doutora em Educação

ICLÉA LAGES DE MELO
Professora da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense
Mestre em Educação

A nosso ver, não bastaria à universidade incluir a extensão entre as suas funções, mas ser basicamente extensionista, isto é, tomar a extensão como base inicial para o ensino e a pesquisa (VALOIS, 2000, p.334).

Temos como objetivo compartilhar reflexões sobre a função social da extensão e suas articulações com o ensino e a pesquisa, através do trabalho realizado no Programa de Pesquisas e Cooperação Técnica na Baixada Fluminense (PINBA) que é desenvolvido na Faculdade de Educação da Baixada Fluminense.

Desafios da Universidade, desafios de uma região

A Faculdade de Educação da Baixada Fluminense (FEBF), unidade da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) em Duque de Caxias, incorporada por esta ins-

tuição em 1981, tem como marco inicial da sua existência a década de 1960, especialmente com o surgimento do Instituto de Educação Governador Roberto Silveira (IEGRS). Durante anos ocupou parte das instalações desse Instituto, tendo aí permanecido até 12 de setembro de 1998, quando foi transferida para um espaço próprio, o Centro Integrado de Educação Pública (CIEP), no Bairro de Vila São Luís, também em Duque de Caxias.

Neste processo, o movimento estudantil e os movimentos sociais da cidade foram fundamentais para a incorporação à UERJ e, assim, contribuíram para garantir esta faculdade pública na Baixada. Atualmente muitos

* Este artigo é dedicado ao Professor Paulo Mainhard cujo compromisso permitiu construir na FEBF atividades extensionistas em articulação com as demandas da Baixada Fluminense. Deixamos público nossa admiração pelo seu trabalho incansável pela extensão na Faculdade de Educação da Baixada Fluminense.



profissionais que estão na educação pública (escolas e secretarias municipais de educação) e nos movimentos sociais foram alunos da FEBF. Portanto, a história da FEBF está imbricada com a construção, o cotidiano e a luta da escola pública na Baixada Fluminense, especialmente em Duque de Caxias.

A Baixada Fluminense organiza-se em 13 municípios (Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaguaí, Japeri, Magé, Mesquita, Nilópolis, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, São João de Meriti e Seropédica) e é considerada uma das microrregiões mais importantes do país.

Com população estimada em 4 milhões e 500 mil habitantes, cerca de 1/3 da população do Estado, exerce, por isto, importante papel político, econômico e social. É uma região com grande tradição histórica por pos-

uir rico patrimônio cultural e formação a partir de vários grupos étnicos e com a qual a sociedade brasileira possui grande dívida humana, social, cultural e educacional. Atualmente mostra franca expansão econômica, apesar de apresentar características de dependência e submissão, marcadas historicamente pela ocupação de “benfeitores populistas”. Nesta região, ainda hoje, encontra-se um fortalecimento político do poder local.

Quanto à Educação, a Baixada é uma região cujas políticas públicas não alcançam o conjunto da população, pois não contemplam ainda, por exemplo, as demandas de atendimento da universalização da educação básica e das mínimas condições materiais das escolas. De acordo com levantamento de dados² para a construção do Plano Municipal de Duque de Caxias (2009/2010), são as seguintes as condições das escolas (públicas e privadas) em Duque de Caxias:

Para garantir o direito à educação na cidade não é suficiente ter acesso à matrícula escolar. Interessa indagar: o que o poder pú-

As condições físicas para o trabalho pedagógico e o direito à educação

Espaço	Sim, plenamente	Sim, precariamente	Sim, sem funcionar	Não possui
Quadra coberta	21%	11%	2%	67%
Quadra descoberta	10%	8%	2%	79%
Parquinho	9%	8%	2%	81%
Pátio	46%	33%	1%	19%
Auditório	17%	4%	0%	79%
Biblioteca	21%	11%	6%	63%
Sala de leitura	28%	20%	3%	49%
Sala de informática	33%	15%	12%	40%
Sala de música	2%	1%	-	98%
Sala de jogos	2%	0%	0%	97%
Sala de vídeo	21%	10%	2%	68%
Sala do Grêmio	4%	0%	0%	96%
Sala de recursos	20%	13%	1%	66%
Laboratório de Ciências	6%	1%	6%	88%
Horta	5%	6%	3%	85%
Espaço de Memória	1%	-	-	99%

blico e as instituições privadas têm oferecido para garantir as condições do desenvolvimento intelectual das crianças e dos jovens que estão na escola?

Na tabela abaixo, segunda coluna, consta em funcionamento pleno, basicamente, o pátio (46%), enquanto os demais itens (quadra coberta, auditório, biblioteca, laboratórios, etc.) aparecem, em percentagem maior, em funcionamento precário ou a escola não os possui. Essa falta de condições físicas para o desenvolvimento do trabalho pedagógico é uma das dívidas sociais que temos com a escola na Baixada, especialmente com a escola pública.

A FEBF, enquanto unidade de uma universidade pública, ao longo da sua existência nessa região, tem como desafio cotidiano desenvolver papel relevante na formação dos profissionais da Educação, pois trata-se de uma instituição formadora de educadores. Integrada a essa formação docente, tem-se ainda a inserção dos diferentes projetos de extensão e pesquisa, estagiários de docência e gestão e muitas outras formas de participação na busca de interlocução com a comunidade. concepção é a de que a universidade pública não é “o espaço físico”, “não é apenas o trabalho do professor”, mas “deve ter em relação ao conhecimento (como sempre tem tido) uma atitude diferente dessa. E é essa atitude, exatamente, o que a define como universidade pública.” (RINESI, 2001, p.97)

A necessidade de contextualizar integrar as ações da universidade tem relação com o pensamento de Florestan Fernandes quando afirma que:

A universidade não constitui uma instituição isolada. Ela é parte dos processos globais de organização e transformação da sociedade. Se os que militam nos quadros humanos da universidade perderem isso de vista, correm o risco de serem se-

gregados e de deixarem, em consequência, a condução da vida cultural nas mãos daqueles que veem a mudança cultural como uma ameaça política intolerável. (1984, p.13)

Compreende-se assim, que os saberes produzidos pela universidade devem ser socializados através da produção teórica e de ações que garantam a articulação e o cumprimento da função social da universidade pública. Isto é, as produções não devem ficar restritas às prateleiras das bibliotecas, à salas de aula, aos laboratórios ou serem apenas apresentadas nos congressos, é preciso implementar eventos que possibilitem a interlocução efetiva entre universidade e sociedade e que, ao mesmo tempo, produzam novas demandas para a pesquisa. Tais interlocuções devem exigir da universidade pensamento inventivo e postura crítica.

A função social do ensino, da pesquisa e da extensão deve estar fundamentada na crítica social e na autonomia do fazer universitário. Esta perspectiva oferece as condições de ruptura deste fazer isolado e fragmentado, especialmente porque

... historicamente a universidade vem se mantendo à distância da sociedade, mesmo estando inserida na vida da cidade. Temos testemunhado uma grande dificuldade da universidade, e obviamente dos sujeitos que a constroem, de transporem os muros que a separam da cidade e dialogarem com os cidadãos. Temos às vezes a nítida impressão de que aquele que frequenta a universidade (seja professor ou como aluno) considera-se um cidadão diferenciado, assim como Aristóteles considerava os cidadãos gregos. (GOMES, 2001, p.128)

Superar essa realidade de forma inventiva e crítica é um dos principais desafios da universidade como organização social e, em específico, das ações extensionistas.

Extensão: história e seus desafios na universidade

Segundo o Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras - FORPROEX (CORRÊA, 2007), ao considerar a historicização da Extensão nas universidades brasileiras, os primeiros registros sobre Extensão Universitária aparecem no Decreto-Lei nº 19.851, de 1931 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 4024, de 1961, “centrados na modalidade de transmissão de conhecimentos e assistência”.

Em 8 de fevereiro de 1962 foi criado o SEC (Serviço de Extensão Cultural da Universidade do Recife), que, segundo Ana Freire, concretizou um velho sonho de Paulo Freire; o de transformar a universidade para além de um espaço de aquisição/construção do saber. Freire, segundo a autora, queria trazer para a universidade o senso comum, os sonhos, os desejos, as aspirações e necessidades do povo, para procurar entender pedagógica e politicamente muitas das condições adversas cristalizadas secularmente no Brasil, e criar possibilidades de superação delas por meio da conscientização das camadas populares e daí na inserção crítica do povo nos seus próprios destinos e no do seu país. (FREIRE, 2006, p.104)

A partir de 1968, com a “Reforma Universitária”, a Extensão tornou-se obrigatória nas instituições de ensino superior e universidades, “como cursos e serviços especiais estendidos à comunidade” (CORRÊA, 2007, p.11). Na Constituição Federal de 1988, o artigo 207 trata da indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão. Conceitualmente o FORPROEX entende como Extensão

...o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade. A Extensão é uma via de mão-

dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à Universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento. (CORRÊA, 2007, p.12)

O FORPROEX elaborou o documento “Plano Nacional de Extensão”, publicado em 1999, que estabelece diretrizes para a Extensão Universitária em 4 eixos: impacto e transformação; interação dialógica; interdisciplinaridade e indissociabilidade ensino, pesquisa, extensão.

A FEBF, ao longo da sua existência na Baixada Fluminense e em seus processos formativos, tem como horizonte o compromisso político de tensionar a distância existente entre sua realidade e a as demandas da sociedade, para garantir uma formação com qualidade social. É neste contexto que iremos apresentar as conquistas e os desafios do Programa de Pesquisas e Cooperação Técnica na Baixada Fluminense (PINBA), que é desenvolvido na FEBF e que tem conseguido articular pesquisa, extensão e ensino em suas atividades, e, ao mesmo tempo, contribuído com a interlocução da universidade com os movimentos sociais e poder público em Duque de Caxias.

Desafios de um programa

Consolidando o princípio da Extensão como espaço de interlocução e articulação entre os diferentes setores e atores da sociedade, a FEBF, comprometida com as demandas e necessidades da população daquela região, desenvolve um Programa de Pesquisas e Cooperação Técnica na Baixada Fluminense (PINBA). Este foi criado em 1992, como programa institucional da UERJ. Sua concepção baseia-se nas linhas estraté-

gicas do documento “Políticas de Interiorização” dessa universidade. A matriz teórica do trabalho visa ações que contemplem toda a região, na busca da construção política de um verdadeiro programa para a Baixada Fluminense. As realizações estão concebidas a médio e longo prazo e o método para implementá-las é um permanente processo de integração da UERJ com as necessidades identificadas na região, capaz de propiciar o estabelecimento de sólidas parcerias pela conjugação dos esforços da Universidade com os três níveis do poder público, as instituições da sociedade civil organizada e os movimentos sociais. De 1995 a 2000, o Programa interrompeu suas atividades, sendo transferido à administração e supervisão da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, no segundo semestre do ano 2000.

A partir de 2000, sob a coordenação do Professor Paulo Mainhard, o Programa estabeleceu parcerias, buscando uma maior divulgação e inserção nos 13 municípios que compõem a Baixada Fluminense. O PINBA pautou as suas atividades em três principais linhas: 1) disponibilizando os recursos técnicos e científicos da UERJ aos municípios da Baixada Fluminense e grupos sociais organizados; 2) realizando estudos e pesquisas sobre a realidade política, social, econômica e educacional da região; e 3) apoiando os movimentos sociais organizados, particularmente na área da cultura, que se mostrou mais interessada e receptiva.

Na esfera cultural há que se registrar a participação do PINBA na promoção e organização do Seminário “Quem é Quem no Cenário da Cultura da Baixada Fluminense”, na elaboração da Carta Cultural da Baixada Fluminense, na criação do Fórum Cultural da Baixada Fluminense, na criação do Prêmio Baixada Cultural (anualmente homenagens a personalidades e instituições da região, com destacadas atuações nas principais áreas da cultura) e na criação do “Dia da Baixada Fluminense” (30 de abril), comemorado desde 2001 e que tem por

finalidade celebrar os valores históricos, sociais e humanos da região. Além destas atividades, existem alguns projetos que estão em fase de conclusão, como a elaboração da Cartilha Cultural da Baixada Fluminense, dentre outras atividades.

A partir de 2009, com a aposentadoria do gestor anterior, o Programa foi reestruturado e organizado em Colegiado, passou à coordenação da professora Icléa Lages e a ser composto por seis professores. Hoje o programa conta com a integração de três Projetos de Extensão e três Projetos de Pesquisa, todos têm a Baixada Fluminense como espaço de estudo. Os professores são dos Cursos de Licenciatura em Pedagogia, Geografia e Matemática, abrangendo assim, um conjunto de áreas do conhecimento e da formação docente. A reestruturação exigiu diversas reuniões e encontros com algumas parcerias que o PINBA já havia consolidado ao longo dos anos, como com representantes do Fórum Cultural da Baixada Fluminense; Centro de Pesquisa, Memória e História da Educação da Cidade de Duque de Caxias e Baixada Fluminense (CEPEMHed); Instituto de Pesquisas e Análises Históricas em Ciências Sociais (IPAHB) e Centro de Referência Patrimonial e Histórico (CRPH). Posteriormente, consolidamos outra parceria, agora com o SEPE (Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação), núcleo Duque de Caxias.

Com a implementação de algumas atividades e a realização de reuniões internas, as temáticas de pesquisa e cooperação técnica do programa, estão organizadas em dois eixos, no primeiro, “Educação, Política Pública e Trabalho”, e no segundo, “Ambiente e Cultura”. Os atores com os quais passamos a buscar interlocução e estudos críticos são: Estado, Terceiro Setor, Movimentos Sociais e Comunidade. No primeiro eixo encontram-se os Projetos de Extensão: 1) “Educação como política pública: perspectiva histórica, embates e contradições”, coordenado pelas professoras Gilcilene

Barão e Alzira Alcântara; e 2) “Universidade, Comunidade e Prefeitura: uma integração possível”, coordenado pela professora Icléa Lages de Melo. Ainda nesse primeiro eixo os Projetos de Pesquisa são: 1- “O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) nos municípios da Baixada Fluminense: concepções e práticas” (FAPERJ), coordenado pela professora Gilcilene Barão; 2 - “Do PNE ao PDE: a política federal e o lugar do município”, coordenado pela professora Alzira Batalha Alcântara; 3- “Educação e sustentabilidade no Terceiro Setor: ações educativas na Baixada Fluminense”, coordenado pela professora Wânia Coutinho González.

No segundo eixo temos o Projeto de Extensão: “Dinâmica, qualidade de vida e ambiental na Baixada Fluminense”, coordenado pela professora Andréa Paula Souza.

O desenvolvimento do Programa possibilita o exercício da consciência social dos nossos estudantes, na medida em que percebem o compromisso comunitário de utilidade à região da Baixada Fluminense e à sociedade, além de dialogar com as finalidades da universidade. Entende-se que a dimensão do programa oferece ainda aos nossos estudantes a reflexão sobre as ações empreendidas pelo poder público da região, uma vez que os diferentes projetos que integram o programa apresentam-se como Pesquisa e Extensão, abrangendo os diferentes cursos oferecidos pela FEBF, instituição com relevância na Baixada.

Dentre as metas propostas no Programa, destaca-se a “Cartilha Sócio-Espacial Histórica da Baixada”, lançada na 21ª Edição do UERJ SEM MUROS, em 29 de setembro de 2010, na FEBF. Esta foi apresentada em forma de “quadrinhos” on-line e tem por finalidade reunir informações históricas, geográficas, humanas, sociais, etc., de todos os municípios da Baixada, para utilização nas escolas de Ensino Fundamental. Pretende-se que a mesma seja impressa para ser distribuída para as Escolas Municipais dos

13 municípios que compõem a Baixada Fluminense.

Também em fase de construção, em parceria com o CEPEMHed, encontra-se a “Elaboração do Registro de Memória da Trajetória da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense”, que tem como objetivo resgatar a história da FEBF. Esta tem no Instituto de Educação Governador Roberto Silveira (IEGRS), na década de 1960, o início de uma trajetória no cenário educacional e político do município de Duque de Caxias. Sendo a FEBF herdeira do curso de Pedagogia existente neste Instituto de Educação, o desenvolvimento dessa história se deu também com a participação de professores, que fundaram e construíram a faculdade em uma unidade da UERJ na década de 80.

Registra-se ainda o lançamento do Blog do Programa, também divulgado no Evento UERJ SEM MUROS / 2010; o mesmo encontra-se em fase de aprofundamento, objetivando oferecer à população da Baixada maiores informações sobre o Programa. Outras atividades e produtos têm sido organizados, como o Ciclo de Debates abordando as Políticas Públicas em Educação, além de Monografias contemplando temas concernentes ao conteúdo dos diferentes projetos integrados ao Programa.

Portanto, buscando diminuir cada vez mais o distanciamento que existe entre a Universidade e a realidade da Baixada Fluminense, o PINBA, através das suas atividades, busca uma aproximação e esperança junto aos seus atores, vislumbrando possibilidades de conquista de qualidade social. Consolidar um fazer universitário, que articule a Extensão com o Ensino, a Pesquisa para garantir a função social da universidade de exerce o pensamento e a produção inventiva, crítica e comprometida com a transformação desta sociedade desigual, tem sido um dos maiores desafios da ação extensionista no PINBA.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CORREA, E. J. (Org). FORPROEX *Extensão Universitária: organização e sistematização*/ Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. BH: Coopmed, 2007.
- DEPEXT. *Relatórios do Programa Integrado de Cooperação Técnica na Baixada Fluminense (PINBA) 2008, 2009, 2010.*
- FERNANDES, F. *A questão da USP.SP*: Brasiliense, 1984.
- FERNANDES, F. *Tensões na Educação*. Salvador: Sarahletras, 1995
- FREIRE, A. M. *Paulo Freire. Uma história de vida*. SP: Villa das Letras, 2006.
- GOMES, Alberto. *Sociedade civil e universidade: caminhos e descaminhos de uma quase parceria*. In: GISLENE, Santos. (Org). *Universidade, formação cidadania*. SP: Cortez, 2001.
- PME (versão preliminar). Duque de Caxias, 2009.
- RINESI, E. *Universidade reflexiva e cidadania crítica*. In: GISLENE, Santos. (Org) *Universidade, formação cidadania*. SP: Cortez, 2001
- VALOIS, O. *A extensão universitária no Brasil: um resgate histórico*. São Cristovão: Editora UFS, 2000.